A TRIBUNA
Publicado em 28/06/2022 - 05:51

São Paulo reduz ICMS e mira gasolina mais barata

Estado prevê queda de R$ 0,48 na gasolina

Governador reduziu alíquota do ICMS a 18%

DO ESTADÃO CONTEÚDO E DA REDAÇÃO

Os governos de São Paulo e de Goiás anunciaram ontem a redução da alíquota do ICMS que incide sobre o preço dos combustíveis. No caso paulista, o corte do percentual foi de 25% para 18% e vale apenas para a gasolina. A expectativa do governador Rodrigo Garcia (PSDB) é de uma queda de R$ 0,48 no preço do litro vendido no Estado.

As decisões dos dois governos estão em linha com lei complementar sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) na sexta-feira, que determinou um teto para o tributo estadual no caso de bens e produtos definidos como essenciais. O limite para a cobrança do ICMS foi aprovado a contragosto dos estados.

Garcia falou em usar o Procon paulista para fiscalizar os postos. "O Procon vai ficar de olho se o ajuste vai chegar à ponta da linha ou ficar no bolso dos postos de gasolina". Entretanto, os preços nas bombas não são controlados.

Já Goiás estendeu o corte da alíquota - que caiu para 17% - também para outros combustíveis e ainda para energia elétrica e telecomunicações. O governo goiano projetou redução de R$ 0,85 no litro da gasolina e de R$ 0,38 no do etanol.

A definição sobre a aplicação do ICMS se transformou em ponto de atrito entre os governadores e Bolsonaro. Preocupado com os efeitos que os reajustes da gasolina e do diesel podem ter na sua campanha à reeleição, Bolsonaro tem pressionado por uma redução de preços e acusado os estados de cobrar um tributo excessivo sobre os combustíveis.

Com o apoio de aliados, Bolsonaro conseguiu aprovar no Congresso a fixação de um teto para o tributo. Depois, ao sancionar o projeto, vetou a previsão de uma compensação para os estados.

Os governadores sustentam que a medida vai comprometer a arrecadação, com prejuízo para programas em diversas áreas. Em São Paulo, o cálculo de Garcia chega a R$ 4,4 bilhões. Desse valor, segundo ele, 30% iriam para a Educação e 12% para a Saúde.

"Vamos trabalhar bastante, usando o superávit fiscal que tivemos no ano passado, para evitar neste ano alguma redução de investimento. Mas não tenho dúvida de que, a partir de 2023, se a situação perdurar, vamos ter menos investimento em Saúde e Educação".

ANDRÉ MOTTA DE SOUZA/AGÊNCIA PETROBRAS - 26/6/19

Refinaria de Cubatão: Garcia cita Procon nos postos, que têm preços livres, mas especialista diz que distribuidoras é que definirão novos custos

ANÁLISE

O economista do Observatório Social do Petróleo, Eric Gil Dantas, acredita que a redução do ICMS sobre a gasolina anunciada pelo Governo do Estado será percebido pelos consumidores nos próximos dias. Porém, entende que a queda no preço não chegará aos R$ 0,48 previstos.

"Por conta do congelamento do ICMS por parte dos estados desde o ano passado, a alíquota real para gasolina, em São Paulo, não está em 25%, e sim em 21,5%. Se você transformar os 21,5% em 18%, a redução se dá em R$ 0,30", explicou ele, que atua no Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Sociais (Ibeps). Além disso, Dantas afirmou que nunca um subsídio chega à ponta integralmente, pois ele é absorvido pelas empresas do setor. "O momento atual é de variação nos preços dos combustíveis no mercado internacional. Em abril, 5,7% da gasolina foi importada. Isso dificulta a fiscalização do valor desse combustível no posto", frisou. Segundo o economista, a distribuidora pode dizer simplesmente que houve mudança no seu preço de importação e que está repassando isso aos estabelecimentos, mesmo sem a Petrobras ter feito novos ajustes.

POSTOS

O presidente do Sindicombustíveis Resan, José Camargo Hernandez, afirma que a entidade não tem ingerência sobre os postos associados na Baixada Santista e no Vale do Ribeira e que cada estabelecimento é livre para estabelecer seus preços de venda. Ele explica que, muito provavelmente, tão logo os postos recebam os produtos com os descontos provenientes da lei federal, os donos estarão repassando isso para as bombas.

"Os revendedores compram os produtos das distribuidoras e elas é que fazem a redução ou aumento (dos combustíveis). Cabe muito mais às distribuidoras operacionalizar essa diminuição, porque os revendedores já compram os produtos com todos os tributos embutidos no preço", diz. Conforme Hernandez, os tributos federais ainda não foram totalmente zerados por parte das distribuidoras e elas estão aplicando essas diminuições paulatinamente. "É de interesse dos donos de postos que os combustíveis tenham menores preços, porque isso afeta diretamente o capital de giro das empresas, que hoje está elevadíssimo, e o bolso dos clientes, que estão mais distantes dos estabelecimentos. O poder aquisitivo dos clientes está corroído", afirma ele.

CISÃO

São Paulo foi o primeiro a anunciar o corte do ICMS para se adequar ao teto fixado em lei, sem esperar pela conclusão de mediação que acontece no Supremo Tribunal Federal (STF). Isso gerou mal-estar entre os estados que buscavam uma saída jurídica conjunta para a lei. A ação de Garcia, que também busca a reeleição, foi vista como de cunho eleitoreiro e abriu dissidência entre os governadores.

Os secretários de Fazenda estavam aguardando o resultado de reunião marcada para hoje com o ministro Gilmar Mendes, do STF. Mendes é relator de ação apresentada por Bolsonaro pedindo para que sejam suspensas todas as leis estaduais que tratam do ICMS sobre combustíveis.

Além disso, procuradorias de 22 estados entendem que os governadores precisariam enviar às assembleias legislativas projetos para fazer a mudança aprovada pelo Congresso Nacional.

COM INFORMAÇÕES DE SANDRO THADEU

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Economia **Caderno:** B **Pagina:** 1

Copyright © Clipclap 2025.